

Combate às ocupações fora das normas

FOTO: DÉNIO SIMÕES

GDF promete agir contra utilização irregular de construções em Brasília

LUÍSA MEDEIROS

A Administração de Brasília promete intensificar a fiscalização contra quem está desvirtuando a área tombada da cidade. Hoje, a administração inicia um levantamento para identificar setores ocupados indevidamente, como, por exemplo, as quadras 900 da Asa Norte. De acordo com a Norma de Edificação, Uso e Gabarito (NGB) 01/86, no local é permitida a instalação de comércio, escolas e igrejas na área. Mas não é isso que ocorre. Pessoas compram lojas comerciais e moram nas edificações, como ocorre também em várias quadras do Centro de Atividades do Lago Norte. A administração alerta que se for comprovado o desvirtuamento, o habite-se da edificação poderá ser suspenso.

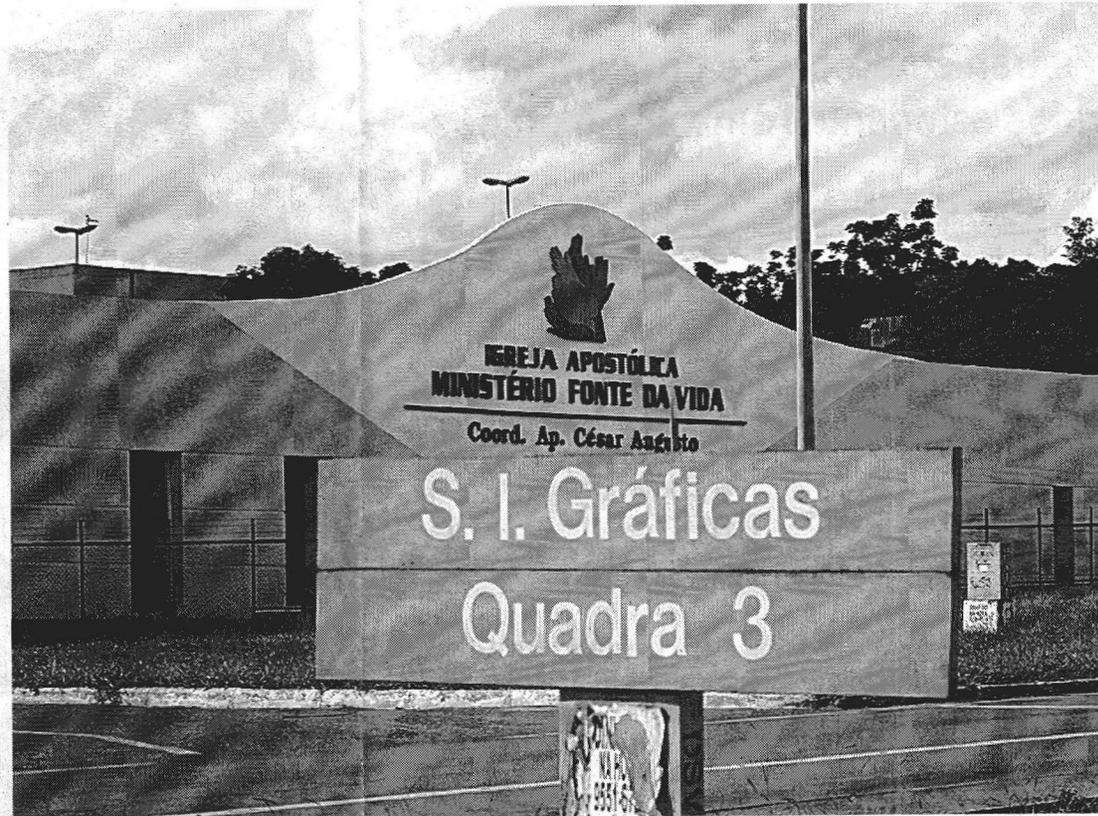
De acordo com o chefe de gabinete da Administração de Brasília, Renato Castelo, o órgão vem recebendo muitas de-

núncias contra esses abusos. "Se conseguirmos verificar o desvirtuamento, o próximo passo é saber se é possível suspender o habite-se da edificação", informa Castelo, ao informar que se a irregularidade for comprovada, órgãos como CEB e Caesb vão receber ofícios notificando o desvirtuamento do uso.

"As taxas precisam ser cobradas de acordo com o uso permitido na área. Se estiverem em confronto com o projeto original da edificação, iremos encaminhar um ofício à Secretaria de Fazenda", diz.

OMISSÃO - Sobre a aprovação de projetos urbanísticos, ele diz que a administração só defere o que está amparado pela lei. "O desvirtuamento é feito por quem ocupa e pelo empreendedor. A alteração só pode ser feita depois que a construção recebe o habite-se", argumenta ele.

O presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte,



Igrejas funcionam no Setor Gráfico: exemplo de desvirtuamento do uso de áreas em Brasília

Sérgio Paganini, não concorda com Castelo. Para ele, a administração aprova os projetos mesmo sabendo que poderá haver o desvirtuamento do uso. "A administração é omissa. Isto é crime contra o tombamento", conta Paganini.

Na opinião do superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, a questão deve ser resolvida numa discussão entre GDF e governo federal. "Sou a favor de discutir soluções

alternativas, mesmo considerando difícil resgatar o uso original da área, como, por exemplo, nas 900 Norte, onde tem muita gente morando", afirma Gastal, dizendo que falta um entendimento da legislação entre os governos.